



UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICOS PROFERIDOS PELO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, SOBRE A QUESTÃO DOS TRABALHADORES EM 1945

LUCAS MATEUS VIEIRA DE GODOY STRINGUETTI¹

Resumo: Nossa proposta é analisar os discursos políticos do brigadeiro Eduardo Gomes, sobre a temática dos trabalhadores na eleição de 1945, em que o Brigadeiro foi candidato à Presidência da República pelo partido da União Democrática Nacional (UDN). Utilizaremos como fonte para analisar estes discursos, o livro escrito pelo próprio Gomes, denominado *Campanha de Libertação* (1946), que contém todos os seus discursos políticos enquanto candidato neste período. Nossa ideia é avaliar qual foi a posição política do Brigadeiro sobre o assunto e como este tratou desta questão. Escolhemos tal temática, já que o ano de 1945 foi muito importante politicamente, pois tivemos a volta de uma democracia com novas eleições de fato, e a questão dos trabalhadores foi muito discutida durante a campanha política do Brigadeiro, além de ser um tema de grande relevância, já que esteve vinculado durante muito tempo a ditadura de Vargas, e a UDN, que surgiu naquele momento, foi um partido de oposição varguista.

Palavras - chave: brigadeiro Eduardo Gomes; UDN; trabalhadores.

¹ Universidade Estadual Paulista de Assis (UNESP). Mestrando em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista de Assis (UNESP), graduado em História pela Universidade Estadual Paulista de Assis (UNESP) e graduando em Letras pela mesma instituição. O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Introdução²

Ao escrevermos esse texto, pensamos em contribuir para futuras pesquisas sobre o brigadeiro Eduardo Gomes (1896 – 1981), que até o presente momento, por ser uma figura política e militar de extrema importância em nosso cenário do século XX, está esquecido pelos pesquisadores vinculados a estudos relativos à historiografia brasileira. Parece nos muito estranho este esquecimento, pois o que existe até o momento com relação aos trabalhos à respeito de Gomes, são estudos feitos por outros autores de outras áreas de pesquisa, que não historiadores. Assim, até o momento existem três biografias sobre o Brigadeiro, o qual tivemos acesso, sendo uma obra em que o autor aborda a vida de Gomes na aviação brasileira, já que este pertenceu a Aeronáutica e é considerado o seu Patrono e outra obra de autoria do próprio Brigadeiro, contendo todos os seus discursos políticos de quando fora candidato à Presidência da República pela UDN, em 1945³.

Destarte, a intenção deste artigo é discutir e analisar os discursos políticos do brigadeiro Eduardo Gomes, sobre a temática dos trabalhadores na eleição de 1945, em que o Brigadeiro foi candidato à Presidência da República pelo partido da União Democrática Nacional (UDN). Assim, utilizaremos como fonte para analisar estes discursos, o livro de autoria do próprio Gomes, denominado *Campanha de Libertação* (1946), o qual contém todos os seus discursos políticos enquanto candidato à Presidência da República neste período. Nosso intuito é avaliar qual foi a posição política do Brigadeiro sobre o assunto dos trabalhadores e como este tratou

² Este texto faz parte da pesquisa de mestrado em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista de Assis, sobre o brigadeiro Eduardo Gomes (1896 – 1981), que se encontra em desenvolvimento.

³ Com relação às obras existentes sobre o brigadeiro Eduardo Gomes de gênero biográfico, ver: *Brigadeiro Eduardo Gomes* (1945), escrito por Gastão Pereira da Silva, *O Brigadeiro da Libertação* (1945), de Paulo Pinheiro Chagas e *O Brigadeiro. Eduardo Gomes, trajetória de um herói* (2011), escrita por Cosme Degenar Drumond. As duas primeiras obras tratam da vida pessoal e política da personagem, abordando a sua infância e relação familiar e sua participação nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, na Revolução de 1930, na Intentona Comunista de 1935, bem como no período em que foi Ministro da Aeronáutica e candidato a Presidência da República pela UDN, em 1945. O terceiro livro, também de gênero biográfico, escrito por Drumond, é mais detalhista e retrata toda a sua vida, até o período de sua morte. Há também um livro escrito por Deoclécio Lima de Siqueira, denominado *Caminhada com Eduardo Gomes* (1984), em que o autor trata dos anos de 1930, abordando a participação de Gomes na aviação brasileira e um livro escrito pelo próprio brigadeiro Eduardo Gomes, com o nome de *Campanha de Libertação* (1946), sendo um livro raro e muito importante para aqueles que pretendem estudar os discursos pronunciados por Gomes em 1945, enquanto candidato à Presidência da República pela UDN e para aqueles que têm a intenção de saber sobre a vida da personagem. Para mais informações, especificamente a respeito das biografias escritas sobre Gomes, ler um artigo publicado recentemente por nós, o qual realizamos uma análise bem elaborada sobre o tema. Ver: STRINGUETTI, Lucas M. V. de G. *O Brigadeiro Eduardo Gomes: Uma análise de suas obras biográficas. História, histórias*, v. 4, n.º. 8, 2016. ISSN 2318-1729.

desta questão. Escolhemos tal temática, já que o ano de 1945 foi muito importante na vida política dos brasileiros, pois tivemos a volta de uma democracia com novas eleições, e a questão dos trabalhadores foi muito discutida durante a campanha política do Brigadeiro, além de ser um tema de grande relevância, já que esteve vinculado durante muito tempo a ditadura de Vargas, e a UDN, que surgiu naquele momento, foi um partido de oposição varguista.

A década de 1940 no Brasil: um período de mudança política

Até 1945, ano em que houve uma redemocratização em nosso país, com o surgimento de novas eleições políticas, tivemos praticamente três golpes de Estado. O primeiro ocorreu em 1930, dando fim a Primeira República e determinando um período de quinze anos de ditadura Vargas. O segundo foi em 1937, com a instituição do Estado Novo, e o terceiro ocorreu em 1945, o qual Getúlio Vargas foi deposto da chefia do Estado, tendo início a Terceira República.

Em 1940, o Brasil foi beneficiado com o Acordo Interamericano do Café, estabelecido pelos Estados Unidos, com o objetivo de sustentar os preços, temendo a desestabilização política em vários países latino-americanos, devido a queda do preço do café, por causa da perda de mercados. O acordo beneficiou o Brasil, pois atenuou as consequências da guerra sobre as suas exportações de café. Além disso, em 1942 a economia brasileira se expandiu continuamente até 1962, com uma taxa anual da ordem de 7%, sendo seu melhor desempenho até o momento (ABREU, 2013).

Segundo Celso Furtado (2007), em 1942 o valor fob das exportações havia excedido em sessenta por cento o valor cif das importações, tendo alcançado o saldo de 2,8 bilhões de cruzeiros. A economia nacional continuava a produzir café em quantidade superior à que podia vender no exterior ou a consumir. Em 1942, os estoques de café acumulados se aproximaram de 1 bilhão de cruzeiros. Contudo, se adicionarmos o déficit governamental de 1,5 bilhão de cruzeiros, tivemos boa base de operação para o sistema bancário expandir os meios de pagamentos, que aumentaram entre 1942 e 1943, em cerca de sessenta por cento.

As estatísticas do período sobre o crescimento na economia brasileira nos mostram que no ano de 1929, tivemos uma taxa média anual de crescimento do produto da ordem de 4,5 por cento e no período compreendido entre 1929 e 1937, esta taxa se reduziu para 2,3 por cento. No entanto, no período de 1937 a 1947, a economia nacional elevou-se para 2,9 por cento,

aumentando bem mais no período de 1947 a 1957, com uma elevação de 5,3 por cento (FURTADO, 2007).

Os dados mostram que o período compreendido entre 1937 a 1947 teve de um lado positivo uma elevação da economia para 0,6%, se comparado com os anos de 1929 a 1937, porém se comparado com o ano de 1929, decaímos 1,6%, dos 4,5% que a economia havia apresentado superávit.

Diante deste quadro econômico, não podemos esquecer que o ano de 1945 põe fim a um período de quinze anos de um governo varguista contraditório, com feitos positivos, mas também negativos. Com relação aos aspectos positivos, o governo Vargas foi fruto de uma política nacional desenvolvimentista que modificou a economia brasileira e criou bons resultados, mesmo após a sua morte.

Foi através do primeiro governo Vargas, que foi criado por decreto – lei de 1940 o salário mínimo, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Senai, sendo inaugurado em 1942, melhorando a vida de milhões de brasileiro. O legado deixado por Vargas é inegável, como a Consolidação das Leis Trabalhistas, trazendo diversos benefícios aos trabalhadores, estabelecendo à jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, aposentadoria, etc. Todos esses benefícios ainda são discutidos atualmente, além disso, não podemos esquecer da Petrobrás, da Eletrobrás, e mesmo privatizadas, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional (criadas em 1942) sendo responsáveis por grande parte dos minérios e do aço produzidos no Brasil, bem como por parte de suas exportações (BASTOS; FONSECA, 2012).

Por outro lado, Vargas governou em grande parte sob um regime autoritário e antidemocrático, implantados com a revolução de 1930, e depois sobre a encenação do Plano Cohen, no final de 1937, dando início a um golpe autoritário que se perdurou por quinze anos. Houve ainda o controle de órgãos de comunicações, exercido pelo DIP para controlar o cinema, o rádio, a imprensa e a literatura política e social. Para calar os inimigos do regime e sanear as mentes, foi proibida a entrada em nosso país de publicações nocivas aos interesses brasileiros. O nacionalismo e a valorização do trabalho foram promovidos pelo Estado Novo de inúmeras maneiras, por meio de jornais, revistas, músicas populares, meios cinematográficos, etc. (FAUSTO, 2013).

Neste contexto, o Brasil em 16 de junho de 1944 mandou suas Forças Expedicionárias (FEB) para combater na 2ª Guerra Mundial, desembarcando na Itália, num total aproximado de 25 mil homens, entre tropas de combate e pessoal administrativo. O fato é que Vargas não simpatizava com os americanos, mas economicamente o Brasil não podia viver sem os Estados Unidos. Contudo, é importante ressaltar as condições físicas em que nossa juventude recrutada para o combate apresentava, pois mais de 65% dos convocados foram declarados incapazes por diversas deficiências, como analfabetismo, avitaminoses, verminoses, etc. Mesmo diante da situação precária em que se encontravam as pessoas que participaram da guerra, as tropas brasileiras deixaram no campo de batalha cerca de 451 mortos (BASBAUM, 1976).

A presença dos soldados brasileiros na 2ª Guerra Mundial, para combater contra a Alemanha e a Itália, acabou sendo muito importante para o retorno do Brasil às condições democráticas da vida política, que ocorreria logo em seguida.

A necessidade de mudanças políticas no país só aumentou, quando logo após a guerra, o então embaixador dos Estados Unidos, Adolfo Berle, em almoço oferecido por alguns grupos políticos da UDN e outros oposicionistas, pronunciou um discurso favorável a democracia e a necessidade da reconstitucionalização do país (BAUSBAUM, 1976).

Assim, com a derrota do nazi fascismo europeu, o Estado Novo, sobretudo no final de 1944, mostrava enfraquecimento político. Diversos estudantes, comunistas, empresários, liberais que ficaram ricos com a ditadura e as coalizações de civis e militares, organizados em grupos de resistências, passaram a agir no cenário político. Foi neste período conturbado que o nome do brigadeiro Eduardo Gomes surgiu em outubro, sendo confirmado como o candidato à Presidência da República pela oposição. Depois de alguns meses, o aparato repressivo do Estado já não dava mais conta dos protestos que estavam surgindo de grupos organizados da sociedade, e em janeiro de 1945, ocorreu o 1º Congresso de Escritores clamando por liberdade de expressão e sufrágio universal, direto e secreto. Em 22 de fevereiro, José Américo de Almeida concedeu entrevista aos jornais exigindo eleições livres e exaltando a candidatura de Gomes (FERREIRA, 2003).

No início de 1945, sem o apoio das Forças Armadas e sem praticamente contar com o grupo que o cercava no Palácio do Catete, e ainda com a derrota quase certa do fascismo na Europa, Vargas perdeu as condições para se sustentar no poder da Presidência da República.

A imagem de Vargas neste momento passou a ser vista de modo negativo pela imprensa e pela oposição:

Os ataques das oposições veiculadas nos jornais desmereciam particularmente a legislação trabalhista, sobretudo no tocante à implantação do sindicalismo controlado pelo Ministério do Trabalho, definida como obra do fascismo. Ditador, tirano, fascista, demagogo, hipócrita, traidor, mistificador e opressor dos operários, entre tantos outros impropérios, assim Vargas passou a ser qualificado pela oposição e na imprensa a partir de fins de fevereiro (FERREIRA, 2003: 17).

Em fase de retirada do governo Vargas, no dia 28 de maio de 1945 foi decretada a lei conhecida como Lei Agamenon, dando caráter de abrangência nacional aos partidos políticos que estavam voltando a ativa. Assim, tinham concorrido às eleições constituinte de 1945 diversos partidos, como o Partido Republicano, que estava sob a chefia do ex-Presidente Artur Bernardes, Partido Republicano Democrático e Partido Republicano Progressista, Partido Popular Sindicalista; o Partido Libertador, o Partido Agrário Nacional, que teria como candidato presidencial em 1945, Mário Rolim Teles. Ao mesmo tempo, surgia o Partido Democrata Cristão e os grandes Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional (CHACON, 1998).

Estes últimos partidos, isto é, o PTB, PSD e a UDN foram os grandes partidos de destaque na época, elegendo o maior número possível de candidatos políticos. A UDN foi o partido que realizou uma ampla frente de oposição ao Estado Novo e contribuiu inclusive, para à queda de Getúlio Vargas.

Em 1945 os candidatos à Presidência da República foram: o brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN, Eurico Gaspar Dutra pelo PSD, tendo inclusive adquirido o apoio de Vargas; Iedo Fiúza pelo PCB e Mário Rolim Teles pelo Partido Agrário Nacional (PAN). Dutra acabou vencendo, deixando o Brigadeiro em segundo lugar.

Com relação aos três grandes partidos, além da UDN que realizou uma ampla frente de oposição ao governo Vargas, o PSD foi um partido fundado em julho de 1945, baseado na perspectiva getulista de continuísmo na transformação, deixando como grande marca a força eleitoral e o pragmatismo. Cabe ressaltar que o PSD reuniu no ano de sua fundação, um grande número de interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e representantes das oligarquias estaduais. Era realmente um partido que possuía grandes vínculos com o PTB. Este último que também surgiu neste contexto, teve entre seus

representantes, operários e outros trabalhadores sindicalizados e funcionários públicos. Foi o partido que melhor apresentou programa político, com metas e projetos, incluindo questões de ordem política, econômica e social (DELGADO, 2003).

Em um estudo que visa contribuir para a análise da política brasileira no período de 1945-1964, com o objetivo principal de estudar a relação entre o sistema partidário e o Estado, Maria do Carmo C. Campello de Souza (1976), comenta que o Manifesto dos Mineiros, que foi uma carta aberta publicada em 24 de outubro de 1943, por importantes nomes da intelectualidade liberal (advogados e juristas) do Estado de Minas Gerais, exigindo a redemocratização do país e o fim do Estado Novo, foi muito importante também, para o enfraquecimento político do Estado Novo, uma vez que marcou o início dos protestos contra o regime de Vargas de forma mais organizada, o qual inclusive a imprensa, menos tímida, expressava o pensamento de grupos civis e militares que eram favoráveis à implantação de um regime liberal democrático no país.

Realizando uma análise da política social de Vargas, Basbaum (1976: 164) nos diz:

Vargas transformou-se em “pai dos pobres”, “amigo do proletariado”, partidário de uma legislação social que protegesse os operários contra o arbítrio dos patrões, não por sentimentalismo, não por espírito socialista mas simplesmente porque precisava de um apoio para governar e, isolado das chamadas classes conservadoras, e das Forças Armadas que o consideravam com desconfiança – só o povo o poderia manter no poder.

O povo brasileiro estava ansioso para as novas eleições que ocorreriam em 2 de dezembro de 1945, e a UDN surgia como a grande esperança de uma modificação política, aspirando a volta de uma democracia justa e igualitária. Por isso, o partido lançou o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como o seu candidato, talvez, por toda a sua trajetória de vida de luta pela democracia brasileira, principalmente contra a velha oligarquia da década de 1920, e também pela sua luta a favor da Revolução de 1930, que querendo ou não, representou a exclusão da República oligárquica do café com leite, e mesmo na subida de Vargas ao poder, através de um golpe de estado, o Brigadeiro se oporia ao Estado novo de 1937. Sendo assim, os dados estavam lançados e as eleições iriam decidir novos rumos ao país.

O brigadeiro Eduardo Gomes e seus discursos sobre os trabalhadores nas eleições de 1945

Em discurso oficial de campanha, no dia 16 de julho de 1945, em São Paulo, o Brigadeiro (1946) tratou de diversos temas políticos atacando o governo Vargas, porém a questão social relacionada aos trabalhadores foi seu discurso que propomos a analisar.

O que nos chama atenção é a vinculação de seu discurso político a questões católicas, ao tratar sobre os trabalhadores. Assim, inicialmente o Brigadeiro (1946) citou o ensinamento do Papa Pio XI, numa carta denominada *Quadragesimo Anno*, escrita no dia 15 de maio de 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da encíclica de leão XIII, *Rerum Novarum* (VATICAN, 2017)⁴. Após citar a carta, o Brigadeiro (1946) afirmou que o Estado não poderia ficar neutro nas relações entre capital e trabalho, devendo cuidar dos mais pobres, numa economia em que priorizava o lucro individual. Além disso, para Gomes (1946), depois da encíclica de 1931 o mundo havia mudado, podendo chegar a uma verdadeira democracia dos quais os ricos fossem menos poderosos e os pobres menos sofredores.

Não pode o Estado, como é corrente, ficar neutro nas relações entre capital e o trabalho. A função que lhe toca, no ensinamento de Pio XI, em “*Quadragesimo Anno*” é a de “soberano e supremo árbitro das ambições e cupidez dos homens”. E’a de amparar o mais fraco, não permitindo o seu esmagamento numa economia açulada pelo incentivo único do lucro individual. Com isso, nada terá a reear o capitalismo progressivo e humano; compreenderá, todavia, com as frases da encíclica famosa, que “certa categoria de bens há de reservar-se ao Estado, pois levam consigo um tal poder econômico que não é possível conferi-lo aos particulares, sem dano para o Estado”. São êsses os acentos da mais alta sabedoria cristã.

Mas, depois da encíclica de 1931, o mundo mudou e se encaminha para uma transformação. A um futuro melhor podemos e devemos chegar pela verdadeira democracia, progredindo numa ordem social mais justa, na qual o triste espetáculo da opulência excessiva de uns não afronte a miséria extrema dos outros; para uma era em que os ricos sejam menos poderosos e os pobres menos sofredores (GOMES, 1946: 16-17).

O candidato (1946: 17) também enfatizava que todo trabalhador deveria ter direito a duas condições essenciais: “[...] a liberdade sindical e o direito de greve [...]”. Tudo isso vindo a fazer jus “[...] ao aperfeiçoamento da vigente legislação especializada e ao expurgo dos dispositivos e aparelhos fascistas, que nela se introduziram, após o golpe de 1937 [...]” (GOMES, 1946: 17).

⁴ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> Acesso em: 02 jan. 2017.

É importante lembrar que a Constituição de 1934 instituiu a justiça de trabalho, incorporando o princípio da convenção coletiva de trabalho, dispondo a esse respeito a lei ordinária. Deste modo, o Estado Novo proibiu a greve, o qual só após a queda deste reiniciaram-se as greves como direito estabelecido na Constituição de 1946 (SIMÃO, 1966).

Gomes (1946) além de exigir tais direitos aos trabalhadores era favorável a intervenção do Estado para estimular as iniciativas e atividades pessoais, e não acabar com elas, pois segundo o candidato deveria se pensar no bem de todos. E para o bem de todos seria indispensável que o trabalhador tivesse um salário justo nas normas do manifesto dos bispos.

Para o Brigadeiro (1946) não apenas seria necessário o salário mínimo para suprir as deficiências apontadas pelo povo brasileiro, mas também seria necessário complementá-lo com outras medidas que favorecessem a classe mais pobre, através da redução de impostos nos gêneros alimentícios, medicamentos, vestuários, bem como nos instrumentos manuais essenciais ao operário e ao trabalhador rural, que inclusive já estava indicado no programa de governo da UDN por nós discutidos acima. Outra questão importante, e que se encontra no programa de governo do partido, era que Gomes (1946) voltava a defender um emprego em que os trabalhadores pudessem proporcionar as suas famílias a moradia própria e o conforto razoável, de acordo com um padrão de vida da classe média. Assim, fica claro que suas ideias estavam direcionadas a uma mudança de vida da população mais pobre do Brasil, seguindo como modelo os padrões de vida da classe média, que inclusive apoiava em massa a UDN. Vejamos quais eram suas medidas complementares ao salário mínimo para o povo humilde brasileiro:

Supressão ou redução de qualquer impôsto sôbre gêneros alimentícios de primeira necessidade, medicamentos e vestuário indispensável às classes pobres e médias, bem como sôbre os instrumentos manuais do operário ou do trabalhador rural, inclusive o pequeno lavrador; a gratuidade da instrução em todos os graus; a assistência social à infância, nas cidades e nos campos. Se aquêle salário importa na possibilidade de ter o trabalhador a sua casa, não se desviem os recursos das Caixas e Institutos oficiais para os “arranha-céus” luxuosos, para os negócios privados, para os depósitos em bancos particulares: tenham exclusivo emprego em proporcionar às famílias pobres a moradia própria e de razoável conforto. Isente-se, também, do impôsto de renda um mínimo correspondente à manutenção de uma existência digna e eficiente, tomada como padrão de vida a da classe média; não se sacrificará, com isso, a receita ordinária; pois o de que se deve tratar é do aumento do consumo interno, sem o qual a nossa industrialização será artificial, e, portanto, insustentável (GOMES, 1946: 17-18).

Finalizando seu discurso em São Paulo sobre a questão dos trabalhadores, o Brigadeiro (1946), discutindo sobre os salários rurais procurou manter seus princípios católicos democráticos relacionados à carta encíclica *Quadragesimo anno* (VATICAN, 2017), para o qual de que nada valeria o capital sem o trabalho, e nem o trabalho sem o capital, pois todos deveriam possuir os mesmos direitos e adquirirem os mesmos frutos trabalhando em união. Assim, para Gomes (1946: 18) o trabalhador não estava recebendo o salário merecido, “[...] porque o lucro, em sua maior parte, passa indevidamente aos intermediários, os quais enriquecem, enquanto os produtores se endividam”. Nesse sentido, o candidato (1946) considerava essencial dignificar o trabalho, para valorizar o homem.

Esse discurso do Brigadeiro (1946) nos mostra seu posicionamento político de um democrata cristão, que ao pronunciar sobre as questões dos trabalhadores do Brasil, acaba resgatando os valores cristãos da carta do Papa Pio XI, que inclusive segundo Áureo Busetto (2002) estava englobado na pauta do programa do Partido Democrata Cristão (PDC), que concorreu às eleições em 1945.

Apenas para darmos um exemplo de como seus discursos eram pautados nos princípios religiosos do catolicismo; em seu segundo comício, realizado no dia 15 de julho de 1945, em Belo Horizonte, Gomes (1946) ao tratar das questões econômicas de nosso país, mais uma vez manteve um posicionamento político relacionado à Igreja Católica, trazendo em seu discurso os valores do catolicismo ao pronunciar:

A liberdade é uma condição para se adquirirem todos os outros bens; não é um resultado ou efeito dêles. Aos que renunciam a faculdade de pensar, de opinar, de agir, lembremos estas palavras de Bergson: “O homem não vive apenas de pão, mas de **fé**, de admiração, de simpatia. E’ superficial dizer que o algodão e ferro, ou a prata e o ouro são os reis do mundo; há outros senhores que obumbram aqueles. Assim o amor. Assim o caráter. Os homens vivem pelas suas **crenças**. Os governos subsistem por elas, pela **fé** das pessoas, quer proceda da **religião** em que foram educadas, quer de um sentimento pessoal, a que corresponde a **religião** popular. Se o govêrno se mantivesse exclusivamente pela força, e se o instinto do povo lhe resistisse, é evidente que, para estar em segurança os governantes deveriam ser dois contra um, e ainda assim não estariam protegidos de golpes desesperados” (GOMES, 1946: 54, grifos nossos).

O Brigadeiro (1946) fez referência ao filósofo Bergson e procurou ressaltar a população sobre o valor da liberdade, que claramente não havia com o Estado Novo autoritário de Vargas; assim, a liberdade é essencial e apenas uma condição para se adquirir outros bens. Contudo, o

ser humano não poderia viver isolado em seu mundo, mas teria que aprender a criticar, opinar, pensar e agir. A religião seria um fator primordial para as pessoas, bem como o amor e o caráter. E os governos apenas existem devido às crenças dos homens e a fé das pessoas, em um sentido geral. Desta forma, se o governo agisse com força e o instinto do povo lhe resistisse, o governo estaria em perigo. Na verdade, a religião ou a crença, de certo modo, ainda mantém a ordem na sociedade, juntamente com seus princípios morais, no qual o amor é fundamental para conduzir as pessoas até Deus.

Em 22 de novembro de 1945, Gomes (1946) esteve na cidade de Assis, discursando para os assisenses sobre a questão dos trabalhadores do município, principalmente sobre os trabalhadores rurais, bem como sobre a imensa extensão territorial que possuíamos, justificando que os operários disponíveis para o trabalho eram poucos, pois segundo os últimos dados do censo, não chegava a 21 milhões o número de adultos, com idade superior a 18 anos, devido a mortalidade da população e alta natalidade, causadas, sobretudo, pela “[...] desnutrição e pauperismo, existentes principalmente nas classes trabalhadoras” (GOMES, 1946: 277). Isso sem contar, que para o Brigadeiro (1946), a população nacional, segundo os últimos dados do recenseamento, estava estimada em 45. 300.000 habitantes.

O que nos chamou atenção em seu discurso na cidade de Assis, foi sobre a questão dos trabalhadores agrícolas, relacionada às migrações constantes que ocorriam na época, principalmente da população do Nordeste, que iam em busca de outras regiões mais promissoras, afastadas do grande centro de consumo.

Os nossos trabalhadores agrícolas, já de percentagem diminuta, ainda sofrem os efeitos da eterna mobilidade e instabilidade acentuados no passado e ainda existentes no presente. A par das grandes migrações internas, provocadas pelos flagelos do Nordeste – sentimos os efeitos funestos dos deslocamentos mais próximos das massas rurais, abandonando para trás as velhas regiões primitivamente férteis, transformadas em desertos ou extensas campinas pastoris, para outras regiões mais promissoras, porém, cada vez mais afastadas dos grandes centros de consumo (GOMES, 1946: 277).

Segundo o candidato (1946), a produção agrícola havia caído e o povoamento das regiões novas pelos migrantes não estava tendo resultado, dentro das leis do progresso: “[...] a produção tem diminuído e o ciclo destruidor de exploração das terras vem se repetindo de uma região para outra: - A terra virgem – a queimada – a cultura – a pastagem e o deserto” (GOMES,

1946: 278), assim, devido a essa exploração desordenada do território passou a ocorrer o êxodo dos campos, atraindo os trabalhadores para as cidades em busca de salários melhores, oferecidos pelas indústrias e pelas obras do governo, mas também, ultimamente, pela extração de minerais que estava em declínio.

Deste modo, os agricultores também foram afetados, pois desamparados, sem créditos e sem transportes, não puderam evitar o êxodo dos seus trabalhadores, “[...] que preferiram trocar os ínfimos salários e o desconforto do campo em que viviam, pela ilusão dos salários altos e pelo fascínio do conforto dos grandes centros” (GOMES, 1946: 278).

Juntamente com a queda da produção agrícola havia caído ao mesmo tempo a produção dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, que: “[...] há mais de dez anos, se vinha mantendo em torno de 18 e meio milhões de toneladas, caiu, em 1944, para 17 milhões, regredindo aos números índices do ano de 1932, quando a nossa população era muito menor” (GOMES, 1946: 279).

A saída para essa crise segundo Gomes (1946), seria o aumento da produção agrícola através do estímulo do financiamento fácil, importação e distribuição de máquinas agrícolas a menores preços, assim como a distribuição de adubos e sementes, utilização e ampliação da rede de armazéns gerais que existiam, além do desenvolvimento da assistência efetiva, técnica e social aos trabalhadores.

Para que isso pudesse acontecer seria indispensável a cooperação das três esferas dos poderes públicos, isto é, a União, os Estados e os Municípios. Concomitantemente também percebemos a intenção do candidato (1946) em tentar realizar uma campanha doutrinária democrática, a fim de conquistar votos entre a população, elevando cada vez mais em seus discursos, os ideais de justiça e de liberdade, totalmente cabíveis naquele momento histórico.

Mas é preciso constância nesta política. É preciso, sobretudo, cooperação ininterrupta das três esferas dos poderes públicos, em nosso regime, a União, os Estados e o Municípios. Torna-se indispensável que nenhum dos seus órgãos se descure da solução conjunta de um problema, que desafia a capacidade dos responsáveis pela administração do país. Será uma das etapas futuras de um grande esforço; as primeiras do caminho estão vencidas com a campanha de **doutrinação democrática**. Ela honra a vós todos que colaborastes, com o máximo interesse, no esclarecimento da opinião pública, e que permanecéis a postos, para assegurar, em proveito da Nação, a vitória, nas urnas, dos princípios de **Justiça** e de **Liberdade**, inseparáveis da consciência do povo brasileiro (GOMES, 1946: 279, grifos nossos).

Ao lermos o trabalho de Angela de Castro Gomes (1994) veremos que a questão da migração interna que o Brigadeiro (1946) afirmava em seus discursos e todas as questões prejudiciais que ela envolvia, já ocorriam desde meados da década de 1920, por meio dos nordestinos que se deslocavam para São Paulo e Rio de Janeiro, porém tal movimento necessitava de controle, pois a população migratória estava esvaziando o campo, superpovoando as cidades industrializadas que necessitavam de trabalhadores. No início dos anos 30 isso também se agravou, pois além de contarmos com o problema migratório da população do campo para as cidades, tínhamos a entrada de estrangeiros em nosso país, havendo um aumento de desempregados. Todas essas questões também estavam relacionadas à crise econômica que o Brasil vivenciou no início dos anos 30. Por estas razões, Vargas achava necessário aplicar uma política de restrição à imigração.

No dia 24 de novembro de 1945, na cidade de Juiz de Fora, o Brigadeiro (1946) falando para o povo mineiro, assim como de costume em toda sua campanha, iniciou seu discurso saudando a população da cidade à respeito de sua gratidão ao civismo, lealdade à família, lealdade as crianças religiosas, enfim a toda característica relacionada a doutrina católica, de lealdade, amor ao próximo e uma vida de respeito e honestidade. Vejamos:

O caráter do povo mineiro se formou na lição da lealdade. Lealdade à terra natal, como dever de gratidão e de civismo; lealdade à família, no culto de sentimentos cristãos que a dignificam; lealdade recíproca dos indivíduos, na constância do afeto, na uniformidade do trato, na segurança dos negócios, na firmeza dos compromissos; lealdade às crenças religiosas, às ideias políticas, às tradições sociais; lealdade do espírito a si mesmo, como expressão proibidora de respeito humano (GOMES, 1946: 295-296).

Posteriormente, o candidato (1946) iniciou o seu discurso sobre os trabalhadores buscando destacar que as primeiras leis sociais em nosso país já existiam antes do governo Vargas, porém frisou a importância das leis sociais garantidas aos trabalhadores, por meio do governo provisório de 1930, da Constituição de 1934, do poder legislativo de 35 a 37 e por último dos sistemas de normas da ditadura que amparou os direitos e estabeleceu garantias aos trabalhadores. Contudo, complementa que esses direitos adquiridos no governo Vargas iriam continuar caso ganhasse, porém seriam aperfeiçoados.

Sabe-se que as primeiras leis sociais antecedem a revolução de 1930. O anseio de igualdade econômica se manifestara quase um século antes, em 1840, quando o

Senador Vergueiro instituiu a chamada “parceria agrícola” a fim de dar solução humana e patriótica ao problema de mão-de-obra especializada. O Código Comercial de 1850 e o Decreto de 15 de março de 1879 dispuseram sobre o contrato de locação de serviços, tornando obrigatório o aviso prévio em caso de rescisão. A primeira lei sindical data de 1903; de 1907 a sua reforma ampliativa; de 1911 a lei relativa à construção de casas de operários. E quando, terminada a guerra de 1914 a 1918, se criou o “Bureau” Internacional do Trabalho, como justa conquista do proletariado universal, recebemos, sem tardança, o influxo das cláusulas do “Tratado de Versalhes”, com a promulgação da lei sobre acidentes, em 1919; e, em 1923, se inaugurava a previdência social, no Brasil, com a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, a que se seguiu a dos Portuários, regulamentando-se também os trabalhos dos menores e concedendo-se o direito de férias a industriários e comerciários.

Não insistamos, porém, no assunto. O Governo Provisório de 30, a Constituição de 34, o Poder Legislativo de 35 a 37, e por último, a ditadura compuseram um sistema de normas que ampara direitos e estabelece garantias para os trabalhadores [...] (GOMES, 1946: 295).

O Brigadeiro (1946: 296) também comentou que mesmo os trabalhadores tendo adquiridos direitos sociais importantes no governo Vargas, seu governo teve débitos crescentes e conclui que os trabalhadores precisavam menos do Estado, do que o Estado deles, pois a ditadura lhes devia “[...] em 31 de dezembro de 1944, Cr\$ 898.703.000,00, sendo: Cr\$ 608.595.000,00 aos industriários, Cr\$ 213.974.000,00 aos comerciários e Cr\$ 76.134.000,00 ao Instituto de Transportes e Cargas [...]”.

Gomes (1946: 296-297) ainda completou:

Defenderemos tôdas as conquistas consagradas na “Consolidação”, nomeadamente as que se referem à duração do trabalho, ao salário mínimo, às férias, à higiene e à segurança, à proteção da mulher e do menor, e às regras que disciplinam o contrato individual, quanto à remuneração, ao aviso prévio e à estabilidade. Entendemos que essas conquistas devem ser aprimoradas, não só nos pontos a que aludi, mas ainda: na extensão do direito de indenização por despedida injusta a todos os casos, sem limitação do tempo de serviço; na aplicação de iguais benefícios aos trabalhadores assalariados das autarquias, dos institutos para-estatais e das repartições do Govêrno, quando não fôr mais favorável o seu estatuto; na incorporação dos trabalhadores rurais ao sistema legal trabalhista.

O discurso de Gomes (1946) nos mostra sua real intenção em cuidar dos interesses dos trabalhadores, ampliando de forma positiva as leis sociais, contribuindo com eles a fim de possuírem uma vida digna e justa. Além disso, o candidato (1946) pensava nos problemas relacionados a saúde do operário e dos meios de aquisições de suas casas próprias, com as

isenções de impostos. O incentivo de dinheiro por meio da iniciativa privada, destinado à recreação e a cultura do trabalhador, também seria necessário em certos casos.

Considerações finais

Através de seus discursos políticos sobre a questão dos trabalhadores, percebemos que o Brigadeiro, como é de costume a todo candidato, especificamente aqui, a Presidência da República, realizou duras críticas ao seu antecessor, isto é, a Vargas, atribuindo a este como um ditador. Concomitantemente, Gomes manteve um discurso religioso, associado à doutrina da Igreja Católica, sendo inclusive um ideal deste, pois nas leituras das biografias que retratamos no início do texto, ele teve uma criação católica por sua mãe e patriótica por seu pai. Sua personalidade católica se misturava aqui com a exaltação da democracia brasileira, que em 1945 estava vivendo um momento político de novos rumos ao país, depois de 15 anos de Vargas na Presidência, não havendo eleições com a participação da população e nem de partidos políticos.

Em nossas análises sobre seus discursos relacionados aos trabalhadores, o Brigadeiro procurou seguir o programa de governo da UDN, indo além em determinados momentos, prometendo uma série de benefícios sociais aos operários, mas não deixando, contudo, de manifestar a importância das políticas sociais desenvolvidas por Vargas. Todavia, ele combateu peremptoriamente o governo nacional desenvolvimentista de seu antecessor, defendendo a democracia, e sendo inclusive sua personificação neste momento.

Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo Paiva. **O Processo Econômico**. In: Gomes, Angela de Castro. **Olhando para dentro: 1930-1964** (Org.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 4.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimento, economia e sociedade na Era Vargas**. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). São Paulo: UNESP, 2012.

BAUSBAM, Leônicio. **História Sincera da República: de 1930 a 1960**. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

BUSETTO, Áureo. **A Democracia Cristã no Brasil: Princípios e Práticas**. São Paulo: UNESP, 2002.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiro**: discurso e práxis dos seus programas. 3. ed. Brasília: UNB, 1998.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. **O Brigadeiro da libertação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde S. A., 1946.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Partidos políticos e frentes parlamentares**: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil – militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

DRUMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro**. Eduardo Gomes, trajetória de um herói. São Paulo: Cultura, 2011.

FAUSTO, Boris. **A vida política**. In: Gomes, Angela de Castro. **Olhando para dentro**: 1930-1964 (Org.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 4.

FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento queremista**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil – militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação**. São Paulo: Livraria Martins. 1946.

SILVA, Gastão Pereira da. **Brigadeiro Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Panamericana Ltda, 1945.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**: Suas relações na formação do proletariado de São Paulo. 1966.

SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Caminhada com Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Revista de Aeronáutica, 1984.

STRINGUETTI, Lucas M. V. de G. **O Brigadeiro Eduardo Gomes**: Uma análise de suas obras biográficas. **História, histórias**, v. 4, n°. 8, 2016. ISSN 2318-1729.

VATICAN. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadregesimo-anno.html> Acesso em: 02 jan. 2017.